Unoeste
http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2026.v23.h682
e-ISSN: 1809-8207
Colloquium Humanarum

CURRÍCULO E RACIONALIDADE NEOLIBERAL: DISPUTAS DE SENTIDO NA FORMAÇÃO HUMANA[1]

Curriculum and Neoliberal Rationality: Disputes of Meaning in Human Formation

Currículo y Racionalidad Neoliberal: Disputas de Sentido en la Formación Humana

Fábio Cardoso Lopes [2], Eneida Silveira Santiago[3], Rafael Bianchi Silva[4]

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina PR, Brasil

RESUMO

Na contemporaneidade, a educação passa por uma profunda reconfiguração, impulsionada pela expansão da racionalidade neoliberal e pela crescente instrumentalização das práticas pedagógicas. Este ensaio tem como propósito problematizar, de forma introdutória, esse fenômeno, evidenciando suas implicações epistemológicas, ontológicas e políticas. A abordagem adotada é crítico-analítica, sustentada por referenciais teóricos que permitem compreender a educação como um campo plural de disputas simbólicas e políticas. O estudo propõe dois movimentos reflexivos complementares: o primeiro busca desestabilizar a concepção neutra e universalizante de educação, articulando um diálogo com a pedagogia crítica (Freire, Brandão) e revelando sua natureza polissêmica e contestada; o segundo examina como a governamentalidade neoliberal (Dardot e Laval, Wacquant) converte a escola em um espaço de reprodução mercantil (Mészáros, Frigotto, Leher), redefinindo o currículo segundo a lógica da produtividade e da *performance*. As discussões demonstram que o currículo, longe de ser neutro, constitui um dispositivo político e simbólico que molda subjetividades alinhadas aos interesses da cultura da eficiência, perpetuando exclusões e silenciamentos. Conclui-se que a educação deve ser compreendida como prática formativa e emancipatória, o que exige uma crítica radical aos pressupostos do modelo gerencialista vigente. A reflexão proposta convoca à superação das abordagens pragmáticas e à construção de alternativas que resgatem o papel da escola como espaço de formação humana integral, em meio às intensas transformações sociais e tecnológicas contemporâneas.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Currículo; Emancipação; Racionalidade Performativa.

ABSTRACT

In contemporary times, education undergoes a profound reconfiguration driven by the expansion of neoliberal rationality and the increasing instrumentalization of pedagogical practices. This essay aims to critically examine this phenomenon, highlighting its epistemological, ontological, and political implications. The approach adopted is critical and analytical, supported by theoretical frameworks that understand education as a plural field of symbolic and political struggles. The study unfolds through two complementary reflective movements: the first seeks to challenge the neutral and universal conception of

[1] Na elaboração deste artigo, a ferramenta de IA Copilot, da Microsoft (2026), foi utilizada com as seguintes finalidades: revisão de linguagem - aprimoramento do estilo textual e da clareza - e tradução - processo de conversão total ou parcial do artigo para outro idioma.

[2] Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorando e mestre em Psicologia Social e Processos Institucionais (PPGPSI-UEL). ORCID id: https://orcid.org/0009-0002-2738-9776. E-mail: fabio.cardoso.lopes@uel.br.

[3] Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutora em Saúde Coletiva (Unesp-Assis). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia (PPGPSI-UEL). Departamento de Psicologia Social. ORCID id: https://orcid.org/0000-0002-5296-4341. E-mail: esantiago@uel.br.

[4] Pós-doutorado em Psicologia (UEM), Docente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Estadual de Maringá (UEM). ORCID id: https://orcid.org/0000-0002-1170-7920. E-mail: rafael.bianchi@uel.br.

education by engaging in dialogue with critical pedagogy (Freire, Brandão), revealing its polysemic and contested nature; the second explores how neoliberal governmentality (Dardot and Laval, Wacquant) transforms the school into a space of market reproduction (Mészáros, Frigotto, Leher), redefining the curriculum according to the logic of productivity and performance. The discussions show that the curriculum, far from being neutral, operates as a political and symbolic device that shapes subjectivities aligned with the culture of efficiency, perpetuating exclusions and silences. It concludes that education must be understood as a formative and emancipatory practice, which demands a radical critique of the prevailing managerial model. The reflection calls for overcoming pragmatic approaches and building alternatives that restore the school's role as a space for integral human development amid the intense social and technological transformations of our time.
Keywords: Education; Neoliberalism; Curriculum; Emancipation; Performative Rationality.

RESUMEN
En la contemporaneidad, la educación atraviesa una profunda reconfiguración impulsada por la expansión de la racionalidad neoliberal y la creciente instrumentalización de las prácticas pedagógicas. Este ensayo tiene como objetivo problematizar, de manera introductoria, dicho fenómeno, poniendo en evidencia sus implicaciones epistemológicas, ontológicas y políticas. La perspectiva adoptada es crítico-analítica, sustentada en marcos teóricos que conciben la educación como un campo plural de disputas simbólicas y políticas. El estudio propone dos movimientos reflexivos complementarios: el primero busca desestabilizar la concepción neutra y universalizante de la educación, estableciendo un diálogo con la pedagogía crítica (Freire, Brandão) y revelando su carácter polisémico y disputado; el segundo analiza cómo la gubernamentalidad neoliberal (Dardot y Laval, Wacquant) transforma la escuela en un espacio de reproducción mercantil (Mészáros, Frigotto, Leher), redefiniendo el currículo según la lógica de la productividad y el rendimiento. Las discusiones demuestran que el currículo, lejos de ser neutro, constituye un dispositivo político y simbólico que moldea subjetividades alineadas con los intereses de la cultura de la eficiencia, perpetuando exclusiones y silenciamientos. Se concluye que la educación debe entenderse como una práctica formativa y emancipadora, lo que implica una crítica radical a los supuestos del modelo gerencial vigente. La reflexión invita a superar las perspectivas pragmáticas y a construir alternativas que restituyan el papel de la escuela como espacio de formación humana integral, en medio de las profundas transformaciones sociales y tecnológicas actuales.
Palabras clave: Educación; Neoliberalismo; Currículo; Emancipación; Racionalidad Performativa.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o campo educacional passa por uma profunda reconfiguração que atravessa diferentes esferas institucionais e níveis de atuação. Compreendida em sua dimensão ampliada, a educação, enquanto prática social e expressão humana essencial à construção de sentidos e à sustentação da vida coletiva, tem sido tensionada por forças que buscam capturá-la e redefinir seus fundamentos. Essas disputas revelam o quanto a educação se tornou um território de embate simbólico, no qual se confrontam projetos de sociedade e concepções de sujeitos.

Conforme argumenta Silva (2005), o currículo não é um instrumento neutro nem universal, mas um espaço de poder e de produção de significados. Mais do que organizar conteúdo ou orientar metodologias, constitui uma prática discursiva que participa da construção das identidades e da legitimação de determinados saberes. Assim, compreender o currículo implica reconhecer que o conhecimento é sempre uma construção social e cultural, atravessada por relações de força e por disputas de sentido.

Sob essa perspectiva, torna-se evidente que as transformações em curso na educação alcançam os próprios alicerces teóricos e filosóficos que sustentam sua concepção. A tentativa de reduzir o fenômeno

educativo a uma definição neutra, universal e homogênea revela-se não apenas insuficiente, mas epistemologicamente comprometida, pois toda formulação conceitual carrega pressupostos idealizados sobre o sujeito, o conhecimento e a finalidade do ato educativo.

Ao propor esta reflexão, não se pretende desqualificar os aportes teórico-práticos oriundos das diversas áreas dedicadas ao estudo da educação, especialmente do currículo. Tais contribuições são relevantes e, em muitos casos, rigorosas em seus objetivos investigativos. No entanto, antes de se pensar em estratégias mirabolantes de ensino, métodos circenses de aprendizagem ou formas de mitigar os supostos déficits nos processos escolares, acreditamos que persiste uma lacuna significativa, anterior a tudo isso: a ausência de um debate mais radical (e honesto) sobre a estrutura epistemológica, o caráter polissêmico e a função formativa, cada vez mais evidente, daquilo que se convencionou chamar de “educação” na contemporaneidade.

Esse recorte nos conduz a alguns questionamentos preliminares, frequentemente relegados ao segundo plano e raramente enfrentados com a profundidade e a diversidade de perspectivas que demandam: o que esperamos da educação na atual configuração social? Que tipo de formação ela é capaz de oferecer? E, sobretudo, qual é o papel do currículo nesse cenário? Trata-se de indagações pontuais que não podem ser respondidas por meio de indicadores de resultados, métricas avaliativas de desempenho, modelos curriculares padronizados ou pela formação de mão de obra especializada e de técnicos reprodutores do sistema de gestão neoliberal, pautado na produtividade.

Antes de tudo, impõe-se uma análise crítica dos pressupostos filosóficos, epistemológicos e ontológicos que orientam as práticas educativas. Tal exame requer a problematização de suas lacunas e fragilidades, bem como das finalidades atribuídas à formação humana no contexto neoliberal - principalmente o ideal de sucesso e de realização pessoal - e das concepções produtivistas de sujeito que sustentam essas práticas no interior do modelo capitalista contemporâneo, centradas em *status*, ostentação e desempenho.

Partimos do que é pontuado por Damasceno e Negreiros (2025, p. 81) ao afirmarem a urgência de romper com formas de pensamento cristalizadas e naturalizadas no campo educacional: "[...] o que surge como coisa natural, é social; o que aparenta ser relação igualitária e digna, é exploração; o que aparece como deficiências inerentes ao indivíduo é engendrado, historicamente, pela estrutura de dominação e pela desigualdade social".

Nesse prisma, reconhece-se a educação como uma esfera em permanente disputa, frequentemente capturada pela politicagem e manuseada como massa de manobra, atravessada por múltiplas narrativas, interesses e projetos de sociedade. Essa perspectiva convoca a uma postura reflexiva frente aos desafios impostos à formação humana e o papel do currículo em tempos de intensas mutações sociais, culturais e tecnológicas, articuladas ao contemporâneo.

Assim, o objetivo principal deste artigo, de caráter ensaístico, é problematizar, de forma introdutória, os sentidos atribuídos à educação e a função do currículo diante das transformações

contemporâneas engendradas pela racionalidade neoliberal, norteada pelos imperativos da flexibilização, inovação e eficiência. Para tanto, discute-se o avanço do neoliberalismo no campo educacional e suas repercussões na organização curricular, bem como na constituição de um sujeito moldado segundo as exigências do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação humana orientada por valores de inclusão, emancipação e cidadania.

METODOLOGIA

Conforme aponta Severino (2013), um ensaio caracteriza-se como uma exposição lógica, discursiva e reflexiva, sustentada por sólida fundamentação teórica, sem a exigência de verificação experimental ou empírica. Para o autor, o ensaio acadêmico constitui um exercício autônomo de julgamento crítico e maturidade intelectual, apoiado no rigor argumentativo e equilibrado entre a interpretação, a originalidade analítica e a flexibilidade estilística. Assim, não se orienta pela formulação de modelos prescritivos nem pela defesa de referenciais prontos, mas pelo convite à problematização crítica das práticas e discursos que naturalizam o padrão neoliberal vigente. A perspectiva política e reflexiva adotada na condução da escrita busca tensionar o campo educacional, evidenciando como a racionalidade produtivista e mercantil subordina o ensino às lógicas da eficiência e da performatividade.

Com base nesse posicionamento teórico-crítico, o texto se organiza em dois movimentos articulados. O primeiro problematiza os múltiplos sentidos e disputas que atravessam a educação, desestabilizando a ideia de uma formação “mono”, concebida como neutra e universal. Parte-se dos autores da Pedagogia Crítica - tais como Freire (2002; 2021) e Brandão (2007) -, corrente de pensamento que busca a emancipação social por meio da educação, entendida como ato político, ético e transformador, valorizando o diálogo, a consciência crítica e a participação ativa dos sujeitos (Mendonça, 2026). O segundo movimento, apoiado nas contribuições de Dardot e Laval (2016) e Wacquant (2012), examina a intersecção entre neoliberalismo e currículo, discutindo como a racionalidade econômica do capital - como visto nas análises de Mészáros (2005), Frigotto (2025) e Leher (2022) - transforma a escola em espaço de difusão de valores mercantis, redefine os papéis do sujeito ensinante e do aprendente e reconfigura os objetivos curriculares segundo a lógica da produtividade e da adaptação ao mercado.

O enfoque delineado privilegia autores que abordam o neoliberalismo como um projeto econômico, político e pedagógico hegemônico, capaz de reorganizar as relações sociais e instaurar novos modos de subjetivação, orientados por dispositivos de controle e regulação da vida por meio da tecnocracia econômica, disseminando seus tentáculos para diversas esferas da existência (Harvey, 2007). A partir de uma estratégia interdisciplinar, envolvendo campos como a Filosofia, Pedagogia e Sociologia, que possibilita o diálogo entre áreas distintas e promove a superação da fragmentação epistemológica para construir uma visão mais ampla e crítica da realidade educacional (Fazenda, 2003), propõe-se examinar a disseminação do neoliberalismo como forma de governo que ultrapassa os limites da economia,

alcançando os processos de subjetivação e as instituições sociais, entre elas, a escola e, por conseguinte, o currículo.

A análise aqui proposta, sustentada por aportes da crítica marxista, da pedagogia crítica e da reflexão sobre a governamentalidade neoliberal, permite compreender a educação como campo de disputa entre forças que ora reproduzem, ora resistem às formas de poder e subjetivação impostas pela racionalidade capitalista. A articulação dessas matrizes, ainda que heterogênea, estimula uma leitura multifacetada da educação, campo de embates plurais, reconhecendo tanto as tensões internas, complementaridades possíveis e convergências na denúncia das formas de dominação e na elaboração de práticas educativas mais justas e inclusivas.

A partir dessa perspectiva, pretende-se apreender o fenômeno educativo em sua complexidade, considerando contradições que atravessam as práticas escolares sob a racionalidade neoliberal. A opção por uma análise crítico-reflexiva enfatiza o exame das ambivalências e dos movimentos que emergem dessa lógica, reconhecendo que ela incide sobre os espaços educativos, mas não os determina de forma absoluta, havendo mediações, disputas e práticas que revelam a heterogeneidade e o caráter contraditório do campo educacional contemporâneo.

Nesse percurso analítico, o currículo será compreendido, em sua essência paradoxal, como um recurso potente para ampliar os debates concernentes à educação, mas também como uma prática discursiva que perpetua exclusões e silenciamentos, servindo à manutenção do *status quo*. Em síntese, o currículo é marcado por disputas de sentido, exclusões sistemáticas e relações de poder que atravessam sua estrutura (Silva, 2005). Ao reconhecer o currículo como espaço simbólico e político de produção e reprodução de processos de subjetivação, torna-se possível evidenciar como ele opera na conformação de modelos de existência (ser, pensar e agir) compatíveis com os interesses da cultura da produtividade e da gestão orientada por resultados, revelando sua função estratégica na manutenção das hierarquias sociais, epistemológicas e ontológicas.

Em contraposição a perspectivas que privilegiam a dimensão funcional e imediata da educação, reduzindo-a a um conjunto de procedimentos voltados à eficiência e ao desempenho, propõe-se uma reflexão que problematize as bases conceituais que sustentam a ideia e o significado da educação e do currículo, reconhecendo-os como construções históricas e políticas em permanente embate. Ao compreender a educação como um terreno de tensões e negociações simbólicas, procura-se evidenciar os sentidos atribuídos à formação humana no contexto da mercantilização dos processos educativos.

EDUCAÇÃO EM DISPUTA: HEGEMONIA, RESISTÊNCIA E PLURALIDADE

Logo na primeira linha de sua obra *O que é educação?,* Brandão (2007, p. 7) provoca uma reflexão contundente ao afirmar que “Ninguém escapa da educação”. Essa ideia, embora aparentemente simples, carrega implicações profundas sobre a maneira como concebemos os processos formativos na sociedade. A

educação, nesse sentido, não se restringe ao espaço escolar nem tampouco aos métodos pedagógicos institucionalizados.

É uma dimensão pulsante, mutante e constitutiva da vida em sociedade, um fenômeno que atravessa o cotidiano, molda comportamentos, orienta valores e organiza identidades. Não se limita a momentos específicos nem a ambientes formais. Ela se manifesta de forma contínua, atravessando as experiências cotidianas e entrelaçando-se com os sistemas simbólicos que orientam nossa visão de mundo. Nesse fluxo constante, desempenha um papel central: não apenas fundamenta nossos discursos e práticas sociais, como também sustenta os modos pelos quais interpretamos a realidade que nos cerca. Assim, o sujeito não aprende apenas conteúdos, mas também incorpora valores, crenças e perspectivas socialmente construídas e historicamente situadas.

Tais ideias ampliam a compreensão sobre o papel da escola na formação dos indivíduos. Em outras palavras, embora a escola se volte à sistematização e à reprodução do conhecimento científico historicamente acumulado, ela não constitui o único espaço onde ocorrem os processos de ensino-aprendizagem. O reconhecimento dessa premissa nos leva, portanto, a uma análise crítica dos modelos educacionais que operam fora dos cânones da educação formal.

A tese de que a educação é um processo inescapável nos remete a uma investigação acerca de sua dimensão ético-política e suas ressonâncias na sociedade. Se a educação permeia a experiência humana, a pergunta central que emerge é: com que finalidade e por quais agentes ela é orientada? Diante dessa complexa rede de influências, torna-se imprescindível questionar: que concepção de educação e de currículo está sendo promovida? Quais princípios orientam e são transmitidos por essa teia institucional que delimita as práticas formativas e define os sentidos da escolarização?

Conforme adverte Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, apesar de seu potencial libertador, a educação também pode funcionar como mecanismo de dominação, perpetuação de estruturas de poder e reprodução de violências. Retomando a síntese das discussões freireanas, o autor reflete sobre a necessidade de uma educação libertadora, sob o risco de que o oprimido venha a tornar-se opressor (Freire, 2021). Desse modo, ela pode moldar indivíduos com pensamento crítico ou, inversamente, indivíduos conformistas, pode expandir horizontes ou restringir possibilidades. A constatação de que a educação é um processo inevitável, impõe o ônus de uma disputa contínua por seus significados, projetos e objetivos manifestos ou subjacentes.

Todos os seres humanos, independentemente de sua inserção cultural ou organização social, vivenciam em algum momento de suas vidas processos educativos, sejam eles formais, informais ou não institucionalizados. É nesse quadro que Brandão (2007) destaca que a educação não apenas modela comportamentos e saberes, mas participa ativamente na constituição das subjetividades e na legitimação das ordens sociais vigentes.

Dessa forma, ao considerar o papel da educação na organização da vida social marcada pelo neoliberalismo, é imperativo reconhecer sua dimensão polissêmica e sua capacidade de atuar tanto como

ferramenta de emancipação quanto como mecanismo de reprodução das estruturas de poder. No entanto, essa constatação, embora amplamente aceita, demanda uma problematização mais minuciosa. A premissa de que “ninguém escapa da educação” deve ser considerada como uma inevitável imersão em múltiplas formas de educação, que se manifestam de maneira simultânea, plural, heterogênea, situada em contextos específicos, em contraposição a submissão universal a um modelo pedagógico único.

A educação deve ser compreendida como um campo dinâmico, plural e multifacetado, intrinsecamente vinculado à condição humana (Cara, 2025). Ela se constitui em meio a tensões simbólicas, ambivalências conceituais e disputas epistemológicas, sendo marcada por diversas racionalidades, intencionalidades e temporalidades históricas. Reduzir esse fenômeno complexo a um modelo único, seja por meio de diretrizes estatais, teorias pedagógicas hegemônicas ou formatos escolares convencionais, revela uma tendência funcional à padronização cultural que desconsidera as singularidades dos sujeitos e dos grupos sociais.

Nesse núcleo central, ao longo das múltiplas configurações do tempo moderno, a educação foi sendo progressivamente institucionalizada sob um viés hegemônico, tendo a escola como espaço privilegiado de transmissão cultural, formação cidadã e instrumentalização dos sujeitos (Nogueira, 2025). Contudo, esse processo de consolidação institucional não se deu de forma linear ou desinteressada. Como prática social, a educação opera em meio a tensões, resistências e reconfigurações que expressam as disputas de poder inerentes à construção da vida em sociedade. Longe de se restringir à função de repassar conteúdos, atua como um mecanismo de conformação de condutas e de produção de subjetividades, influenciando os modos de ser, agir e perceber o mundo.

Nesse quadro, para além de um instrumento técnico de organização de conteúdos, o currículo é um campo discursivo e simbólico no qual se produzem e se legitimam determinadas formas de conhecimento, identidade e cultura (Silva, 2005). O currículo, portanto, é um espaço de disputa e conflito, onde se definem quais saberes são reconhecidos como válidos e quais sujeitos são autorizados a falar e a aprender. Essa problemática desloca a compreensão tradicional do currículo como algo neutro e universal, revelando-o como uma prática política viva, que participa da constituição de sujeitos e da manutenção, ou contestação, das hierarquias sociais.

Toda prática curricular está amalgamada por um conjunto de valores, crenças e interesses que refletem os contornos históricos, sociais, culturais e políticos de sua época. A maneira como concebemos o conhecimento, formulamos perguntas, investigamos fenômenos, somos ensinados e ensinamos, carrega as marcas do contexto sociocultural em que estamos inseridos. Assim, a educação, antes de ser um campo puramente técnico ou universal, é moldada por narrativas hegemônicas que reproduzem, ou tensionam, estruturas de poder e desigualdade vigentes. Sob essa ótica, o currículo torna-se um espaço estratégico de resistência e transformação, capaz de questionar os discursos que naturalizam a exclusão e de afirmar outras possibilidades de formação humana, pautadas na emancipação, na diversidade e na justiça social (Chingulo; Santos; Satyambula, 2025).

No caso brasileiro, essa configuração encontra raízes em uma trajetória histórica marcada pelo colonialismo e pela escravidão, cujos efeitos persistem em formas contemporâneas de dominação, tanto simbólica quanto material (Frigotto, 2025), que continuam a influenciar os modos de pensar e organizar a educação e o currículo. Tais referenciais se sustentam em mediações históricas, sociais e institucionais que atravessam a constituição das subjetividades. Derivam de processos coloniais e escravocratas que instituíram hierarquias de poder e exclusão; socialmente, são reatualizados nas práticas econômicas e culturais contemporâneas, nas quais o sucesso individual e a competitividade substituem valores coletivos e solidários; e, institucionalmente, a racionalidade neoliberal reforça essas marcas ao transformar espaços como a escola e o trabalho em arenas de desempenho, produtividade e lucro, naturalizando formas sutis de violência simbólica e de desigualdade.

Em síntese, a atual conjuntura neoliberal, é resultado de uma longa continuidade histórica: as estruturas que, em outros períodos, legitimaram a exploração e a desigualdade reaparecem sob novas roupagens, agora revestidas pelos discursos da eficiência, do mérito e da autogestão. Essa permanência revela que os modos de ser e agir no mundo estão intrinsecamente vinculados às condições históricas que os produzem. As subjetividades formadas nesse turbilhão refletem as racionalidades e valores predominantes de cada época, projetando no campo educacional suas expectativas, tensões e contradições.

Assim, cada sociedade expressa, por meio de seus projetos educacionais, as esperanças e metas que orientam sua visão de futuro. Como observa Goergen (2019), a educação, enquanto ato político, constitui-se como reflexo direto dos valores e desejos dominantes de cada período histórico. Desse modo, compreender a influência neoliberal implica reconhecer que a educação é forjada por práticas discursivas e institucionais que atravessam a formação humana, naturalizando a lógica da competição e da produtividade como parâmetros de realização pessoal e social.

O retrato atual, fortemente influenciado pelo modelo neoliberal, que dita a estética, o discurso e o comportamento, pressiona as pessoas a adotarem certos padrões de identidade e conduta. Tais padrões conduzem à busca por validação e sucesso por meio da produtividade, do consumo e de um fundamento mercadológico pautado no individualismo, na competitividade, na *performance* e no gerenciamento emocional, visando a maximização de si.

Nesse panorama, a realização pessoal é frequentemente avaliada por critérios econômicos, como o *status* social, as posses e o desempenho individual, deixando em segundo plano a importância das experiências de pertencimento e vinculação coletiva, da criação de laços afetivos e empáticos, bem como da busca por um sentido existencial mais autêntico, profundo e solidário.

A educação, ao mesmo tempo que expressa os anseios de cada tempo histórico, participa ativamente da reprodução e da transformação dessa realidade. Nesse processo, o currículo assume papel central: ao selecionar, organizar e transmitir determinados saberes, ele não se apresenta como equidistante, mas como construção social e política situada. Inserido em um contexto marcado pela

racionalidade neoliberal, o currículo tende a refletir os valores do mercado - como a produtividade incessante, a competitividade, o consumo e o lucro -, convertendo o conhecimento em mercadoria e o sujeito em recurso humano.

Quando orientado por uma concepção de formação humana que valoriza o trabalho, o conhecimento e a solidariedade para além da lógica utilitarista do mercado, o mesmo espaço curricular pode se tornar campo de resistência e reinvenção. Assim, a educação não se limita a preparar indivíduos/técnicos para o sistema produtivo. Participa da produção simbólica e política do mundo, definindo os horizontes do que se pode imaginar, desejar e transformar coletivamente.

Com base no exposto, concordamos com Machado *et al.* (2025, p. 118), ao afirmarem que:

> O currículo escolar desempenha um papel fundamental na formação dos cidadãos e na construção de uma sociedade democrática. Ele não é apenas um conjunto de conteúdos a serem transmitidos, mas também um instrumento político e ideológico que influencia a maneira como os indivíduos percebem o mundo e interagem com ele.

Nesse emaranhado, a escola é amplamente reconhecida como uma das principais instituições responsáveis pela organização da vida social. Porém, mesmo diante dessa circunstância, permanece uma significativa indefinição acerca dos conteúdos curriculares e conhecimentos que deveriam constituir sua missão formativa, revelando a complexidade e a disputa em torno de sua função educativa (Barra, 2021). Sob essa temática, Libâneo e Silva (2020) apontam que as discussões sobre os propósitos do currículo escolar são marcadas por intensos debates teóricos e políticos. Esses embates revelam a presença simultânea de diferentes paradigmas, que variam desde modelos focados na transmissão de conteúdos e na preparação para o mercado de trabalho, até propostas que priorizam uma formação crítica, pautada na promoção da justiça social e na valorização das múltiplas expressões culturais da sociedade.

Na base dessa problemática, Barra (2021, p. 13) aponta a complexidade dos múltiplos elementos que envolvem a constituição curricular. Nas palavras da autora:

> As tensões envoltas ao currículo escolar são adensadas nas sociedades contemporâneas, caracterizadas pela complexidade advinda de múltiplos fatores dentre os quais, a globalização, o neoliberalismo, a revolução informacional, a marcante desigualdade econômica, os conflitos étnico-raciais, as catástrofes ambientais, o recrudescimento de forças políticas conservadoras e, com efeito, o modo como estes eventos pressionam as políticas educacionais e os respectivos desenhos curriculares.

Em uma leitura emancipadora, inspirada na perspectiva de Freire (2002), a educação deve ser compreendida como espaço de ação transformadora e de produção compartilhada de saberes, isto é, um movimento de saber-fazer-compartilhar que valoriza o diálogo, os afetos, a empatia e a escuta ativa. Esses elementos constituem práticas que reconfiguram as aprendizagens e o modo como o conhecimento é produzido e circula. Nessa direção, o currículo é entendido como território de encontros, de trocas simbólicas e de construção coletiva de sentidos (Machado *et al.* 2025). Ao reconhecer que a educação ultrapassa os limites da escola e permeia todas as esferas da vida social, compreende-se que o currículo

participa da formação de modos de ser, de agir e de resistir às estruturas dominantes, tornando-se, assim, um espaço político de criação de novas possibilidades de existência.

Contudo, a escola moderna consolidou-se como espaço de reprodução do pensamento científico hegemônico - androcolonial, capitalista, moderno, ocidental e cristão -, marginalizando outras formas de saber e de existência. Essa configuração permanece viva, sendo constantemente atualizada pelas lógicas da mercadorização, que moldam sujeitos obedientes e ajustados ao individualismo e à competição, permeada por traços de egocentrismo e pela ideologia da "meritocracia". O currículo, nesse enquadre, torna-se um dispositivo de regulação e controle, orientado pela racionalidade de mercado, que naturaliza desigualdades e legitima a mercantilização do saber e do ser, impondo uma racionalidade instrumental e excludente (Chingulo; Santos; Satymbula, 2025) que transforma o processo formativo em instrumento de gestão e controle, reforçando práticas de exclusão e hierarquização

A padronização dos modelos educacionais, orientada pelos imperativos da eficiência e da competitividade, fragiliza a diversidade e o diálogo, substituindo o sentido de pertencimento e cooperação por uma valorização mecanicista da competência e da *performance* individual. Como destacam Secorum e Santos (2025, p. 75), uma das principais consequências de um currículo fundamentado em competências e habilidades predeterminadas pela lógica do capital humano é a centralização na economia, "[...] ignorando as necessidades materiais, culturais dos sujeitos, e mais, acentua expressamente a expropriação do conhecimento docente".

Posto isso, como incluir a vinculação comunitária e a potência da luta coletiva como recursos de transformação social, se o funcionamento do empreendimento curricular educacional está alicerçado na exaltação do desempenho pessoal e brilhantismo individual?

A abordagem educacional gerencialista, ao adotar táticas de humilhação e pressão, como a cultura do assédio, enquanto etapas aceitáveis do ensino, valida a crença de que o sofrimento é inerente ao aprendizado - *no pain*, *no gain*. Essa visão não só desumaniza o estudante, mas também o coloca como um ser passivo que aguarda ser "preenchido" por uma figura de autoridade que se vê como superior e detentora do conhecimento. Tal dinâmica sustenta uma pedagogia autoritária que, disfarçada de intenção positiva, opera através da negação da vida pregressa do sujeito e de uma severidade sistêmica.

Sob o prisma neoliberal, em vez de acolher a pluralidade de vozes, o currículo se transforma em um instrumento de conformação. Sob esse poder impositivo, os processos formativos continuam a moldar subjetividades de acordo com um padrão ideal e normativo preestabelecido. Enquanto alguns são preparados para liderar e ocupar espaços de decisão, outros são sistematicamente disciplinados para obedecer, internalizando valores que os afastam de sua própria autonomia e responsabilidade. A escola, nesse ponto, estreita possibilidades e reforça estruturas que sustentam desigualdades históricas (Freire, 2021).

A crítica à curricularização neoliberal como espaço de instrumentalização e conformação de subjetividades evidencia que a educação, encontra-se imersa em disputas de poder e racionalidades

hegemônicas. Nesse panorama, torna-se necessário compreender como tais processos se articulam às dinâmicas mais amplas da sociedade contemporânea, especialmente àquelas orientadas pela norma neoliberal. Se, por um lado, a escola moderna cristaliza métodos que reforçam hierarquias e desigualdades, por outro, ela também se vê atravessada por engrenagens externas que intensificam tais mecanismos, convertendo o espaço educacional em território de tensão e desgaste. É nesse ponto que se insere a crítica ao neoliberalismo, apresentada a seguir, entendido como uma racionalidade difusa e capilar, capaz de moldar os processos de subjetivação, assim como as dimensões afetivas, éticas e políticas dos agentes que habitam a escola (Dardot; Laval, 2016).

ENTRE DISCURSOS PRODUTIVISTAS E SILÊNCIOS: A ARQUITETURA INVISÍVEL DA EXCLUSÃO NEOLIBERAL

Os espaços educacionais, atravessados pelas engrenagens do sistema neoliberal e seus parâmetros frenéticos, têm se tornado territórios de tensão e desgaste, afetando diretamente o bem-estar dos sujeitos - professores e estudantes. Dardot e Laval (2016, p. 17) descrevem o neoliberalismo como uma racionalidade que opera sem empecilhos, o que revela sua fluidez e disseminação nas mais diversas esferas da vida. Para os autores, trata-se da "[...] razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida".

Para além do campo econômico, essa racionalidade se estende e apropria das dimensões afetiva, estética, política e ética, moldando-as de acordo com os interesses do mercado. O *ethos* neoliberal se sustenta em valores como a dignidade individual, o esforço pessoal e o mérito, convertendo subjetividades em capital simbólico e emocional. Dardot e Laval (2016, p. 17) ainda apontam que o neoliberalismo se apresenta como "[...] o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência".

Mantendo o foco nessa estrutura argumentativa, observa-se que o neoliberalismo se caracteriza por colocar a economia como guia central da organização estatal, política, educacional e social, fazendo das leis de mercado o principal mediador das relações humanas. Tal fusão entre política e economia engendra uma lógica camaleônica, flexível, adaptável e capaz de se acomodar às mais diversas formas de governança, seja à direita, ao centro ou à esquerda, sem encontrar resistência significativa.

Essa forma de pensar e organizar a vida social encontra ressonância nas análises de Wacquant (2012), que identifica três pilares centrais na arquitetura neoliberal: a flexibilização das regras estatais, a transferência de responsabilidades para o setor privado e a redução das funções públicas do Estado. Convém destacar, contudo, que essa reconfiguração não representa o colapso definitivo do Estado, mas sim sua rearticulação estratégica, isto é, uma espécie de reengenharia institucional que o reposiciona como agente promotor do discurso mercadológico. Como observa Harvey (2007), trata-se de uma transformação que não elimina o Estado, mas o adapta às exigências do mercado, convertendo-o em instrumento de viabilização das dinâmicas neoliberais.

À medida que o Estado se retrai de suas funções governamentais básicas, o poderio do mercado avança e assume o papel de regulador das relações sociais, impondo suas normas e valores como se fossem universais e naturais, o que desloca o eixo da governança de políticas públicas para um paradigma econômico que se infiltra em todos os ambientes da vida, inclusive na educação.

Em consonância, Wacquant (2012, p. 507) observa que o neoliberalismo promove "[...] a reengenharia e a reestruturação do Estado como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante". A partir disso, percebe-se que o impacto do neoliberalismo vai muito além das estruturas governamentais, políticas, econômicas ou das delimitações territoriais. Ele infiltra-se nas rotinas diárias, moldando comportamentos, afetos, formas de pensar, aprender e existir. Funciona como uma lógica que se instala de maneira sutil, influenciando silenciosamente a vida em sociedade. Esse nexo causal encontra respaldo em pilares como inovação, flexibilidade, competitividade, individualismo, a obsessão pela qualidade total, o pragmatismo e o utilitarismo, valores que também permeiam o campo educacional (Mordente; Portugal, 2024).

Podemos observar que muito do vocabulário antes restrito, inicialmente, ao universo esportivo e, posteriormente, adaptado ao ambiente empresarial (Ehrenberg, 2010), foi assimilado pela educação por meio de uma verdadeira invasão terminológica técnico-organizacional. Expressões como *gestão*, *performance*, *meta*, *indicador*, *ranking*, *eficiência*, *produtividade*, *excelência*, *capital humano*, *plano estratégico* e *resultados* tornaram-se recorrentes no discurso educacional. O espaço escolar tem sido cada vez mais atravessado por uma linguagem técnica oriunda do mundo corporativo. Tal vocabulário desarticula os autores do processo educacional, como também transforma os sentidos e as finalidades da educação, deslocando seu foco da formação humana (inclusiva, emancipadora, crítica e reflexiva) para o juízo da produtividade e da mensuração.

Desse modo, a gestão corporativa vem redefinindo o campo educacional, convertendo o processo de ensino-aprendizagem em um produto financeiro e em objeto de comércio ou serviço de interesse das grandes corporações (conglomerados educacionais) do setor privado (Leher, 2022). Nesse modelo, a educação perde sua essência formativa e emancipatória, sendo convertida em uma mercadoria a ser vendida e consumida. Em vez de ser uma experiência de aprofundamento e reflexão, o conhecimento é reduzido a um mero desempenho, mensurado por notas e certificações que prometem sucesso, conquistas e maiores chances de empregabilidade e ascensão social.

Tal abordagem redefine os papéis de todos os envolvidos. O professor, por exemplo, deixa de ser valorizado em sua dimensão acadêmica, científica, cultural e criativa (Leher, 2022) passando a ser visto como um mero executor de planejamento, gestor de resultados, cumpridor de planilhas padronizadas e fiscal do comportamento, submetido a plataformas e avaliações de desempenho voltadas à produtividade. Em resumo, o gerenciamento educacional passa a tratar o docente como um administrador - ou, em certos casos, nem mesmo isso - conforme destacado por Laval (2004).

O estudante assume o papel de cliente-consumidor, cujo objetivo se restringe ao acúmulo de conhecimentos práticos e competências socioemocionais (Silva, 2022), ser polivalente, proativo, desenvolver espírito de liderança, trabalho em equipe, ser capaz de planejar, executar e resolver, tomando decisões baseadas em estratégias complexas. Como reiteram Mordente e Portugal (2024, p. 16), as competências passam a ser compreendidas como qualidades individuais, englobando "[...] a capacidade de adaptação, comunicação, trabalho em equipe, iniciativa, gestão de recursos, uso de tecnologias diversas, criatividade, aptidão para resolver problemas, e disposição para aprendizado e atualização contínua".

Essa lógica evidencia o avanço do currículo gerencialista, que altera o foco da formação humana para o desempenho técnico e comportamental, subordinando o processo educativo às demandas do mercado. O sujeito é convocado a tornar-se gestor de si mesmo, ajustando suas competências às exigências de produtividade e flexibilidade impostas pela racionalidade neoliberal. Em tal conjuntura, o currículo deixa de ser um campo de construção coletiva do conhecimento e passa a operar como um dispositivo de controle simbólico, orientado pela lógica da eficiência e da competitividade.

Nesse cenário, instituições de ensino como escolas e universidades deixam de exercer seu papel como espaços de diálogo e formação crítica e passam a funcionar como empresas que replicam a cartilha do mercado e promovem valores ligados ao individualismo, à competição e à lucratividade. Segundo Laval (2004), sob os pressupostos utilitaristas do discurso neoliberal, a escola passa a orientar sua função para a rejeição de saberes considerados supérfluos, privilegiando apenas aqueles que possam ser continuamente reaprendidos e aplicados de forma útil (agregando valor) no âmbito profissional. O saber é mercantilizado, preferencialmente em um sistema apostilado que funciona como manual de instrução, e a educação, ao ser despojada de sua dimensão política e social, converte-se em apêndice do sistema produtivo e financeiro, orientado pelo lucro (Leher, 2022).

Assim, o neoliberalismo não apenas transforma o conhecimento em mercadoria como reconfigura o processo de aprendizagem e o próprio currículo, convertendo-o em vitrine de competências, habilidades e atitudes, apagando a potência do encontro e da escuta em nome da eficiência e da *performance*. Conforme postulado por Chingulo, Santos e Satyambula (2025, p. 43), a "[...] aprendizagem, antes concebida como um direito humano, passou a ser orientada pela lógica da competitividade e do lucro". Observa-se, desse modo, a captura dos afetos e dos saberes, marcada por uma pedagogia centrada na concorrência e na competição, que sufoca a diversidade e enaltece, de forma insistente, o sucesso individual como a única narrativa legítima (Mordente; Portugal, 2024).

Com isso, percebemos que a gestão orientada por resultados, conforme discutida por Dardot e Laval (2016), ultrapassa os limites de uma simples doutrina econômica ou ideológica. Ela se configura como uma racionalidade abrangente, capaz de moldar as decisões políticas e administrativas dos governantes e os comportamentos cotidianos dos indivíduos. Essa pragmática empresarial se expressa, sobretudo, pela naturalização da competição como norma de vida e pela adoção da empresarização de si como modelo ideal de subjetividade na qual o indivíduo é incentivado a autogerir-se e "capitalizar-se" como um

empreendimento, pautado por metas, desempenho, produtividade e lucro. O sujeito passa a assumir o papel de diretor executivo (CEO – *Chief Executive Officer*), sendo convertido em um microempreendedor individual (MEI) de sua própria existência.

Aqui, a subjetividade é capturada por dispositivos que reforçam o individualismo, a competitividade, o gerenciamento das emoções, o culto à *performance* e a ânsia idealizada pelo sucesso (ser bem-sucedido e ter *status*). A formação humana, a reciprocidade, o convívio comunitário e a criticidade são substituídas pela capacitação técnica; o diálogo, pela eficiência; e o afeto, pela funcionalidade. Por conseguinte, evidencia-se um cenário em que a ordem instrumental se sobrepõe à dimensão humana, convertendo relações, afetos e saberes em meros recursos de produtividade.

Diante do exposto, a análise crítica do currículo requer compreender de forma aprofundada como as macroestruturas sociais e as racionalidades institucionais moldam as experiências individuais e coletivas no campo educacional. Nesse ínterim, Mészáros (2005) evidencia que o controle sócio-metabólico do capital se infiltra nos processos formativos, orientando-os segundo a lógica da reprodução do sistema. Capturado por uma racionalidade instrumental, o currículo passa a conceber o sujeito como recurso humano, ajustável às demandas do mercado.

Assim, a aprendizagem é reconfigurada como investimento produtivo e o conhecimento, transformado em mercadoria, perde sua dimensão emancipatória e crítica, subordinando-se às exigências da eficiência e da performatividade. Ou seja, essa "[...] nova lógica impõe às instituições de ensino a necessidade de adaptar o conhecimento às exigências do mercado" (Chingulo; Santos; Satymbula, 2025, p. 43).

Na esteira desse pensamento, Laval (2004) apresenta um diagnóstico contundente ao revelar os impactos da disseminação da mentalidade empresarial no campo educacional. A incorporação de princípios como eficiência, excelência e produtividade compromete diretamente a saúde mental e o sentido de identidade de docentes e discentes, ao submeter suas práticas e vivências a métricas externas e exigências performativas. Como exemplo, o *slogan* "Inspiramos com princípios, educamos com excelência", veiculado por uma instituição privada do norte do Paraná, revela uma narrativa alinhada à orientação empresarial, que pode ser interpretada como parte de um processo de mercantilização da educação.

A imposição contínua de metas mensuráveis e posicionamentos em *rankings* tem reconfigurado o âmbito escolar, que historicamente deveria se constituir como território de trocas significativas e experiências formativas, em um ambiente marcado pelo adoecimento psíquico, pela intensificação da autoexigência e pela amplificação do sofrimento, decorrente da autoexploração. Fundamentado por uma lógica quantitativo-comercial, o produtivismo docente promove o esvaziamento de sua autonomia e liberdade pedagógica, convertendo sua atuação em instrumento para o cumprimento de indicadores externos, o que compromete profundamente sua realização profissional e subjetiva. Para os discentes, a competitividade exacerbada fragiliza os vínculos de solidariedade e convivência, reposicionando o sentido do aprender para uma disputa individualista centrada no desempenho e na ânsia por destaque. Tal

dinâmica compromete a construção coletiva do conhecimento e enfraquece o desenvolvimento de uma consciência crítica, ao substituir o diálogo e a cooperação por uma corrida solitária almejando validação e reconhecimento.

Sob a hegemonia neoliberal, o currículo é progressivamente remodelado segundo uma lógica gerencial, orientada por parâmetros de desempenho, eficiência e competitividade. Nessa esteira, a educação assume contornos empresariais: o currículo torna-se instrumento de gestão e controle, voltado à produção de resultados mensuráveis e à formação de sujeitos ajustados às demandas do mercado. Professores e estudantes passam a ser concebidos como agentes de produtividade e consumidores de credenciais, em um processo que subordina o valor formativo do conhecimento à sua utilidade econômica (Bolgenhagen *et al*., 2025).

O currículo, ao ser convertido em mercadoria, deixa de constituir um espaço de construção coletiva da diversidade e passa a operar como instrumento de gestão e controle. Sob a métrica neoliberal, ele é reorganizado para moldar subjetividades conforme as exigências do trabalho e do consumo, delimitando os horizontes do possível e restringindo a formação à utilidade econômica. Entendemos que a racionalidade empresarial encobre as contradições sociais inerentes ao campo educativo, naturalizando desigualdades e legitimando a exclusão sob o discurso da meritocracia, que transforma o sucesso individual em medida universal de valor e competência.

Nesse movimento, a estrutura curricular perde sua dimensão emancipadora e transforma-se em engrenagem de reprodução das dinâmicas capitalistas, subordinando o conhecimento à doutrina do lucro, da visibilidade e da *performance*. Em resumo, presenciamos a "[...] organização dos currículos como estratégia de posicionamento na nova configuração social que se efetiva pelo aguçamento da competitividade internacional, da promoção do desenvolvimento econômico e da falsificação democrática do ensino" (Secorum; Santos, 2025, p. 70-71).

Frente a tal panorama, uma perspectiva ampliada da educação evidencia a urgência de romper com a empresarização da educação e do currículo, reafirmando sua função como prática social crítica e reflexiva, comprometida com a transformação e a emancipação humana. Configura-se como uma política pública de caráter macroscópico que, ao interpelar criticamente os fundamentos do sistema capitalista neoliberal, orienta-se para a emancipação das subjetividades historicamente capturadas por essa lógica. Em vez de preparar os sujeitos para atender às exigências do capital, essa direção de análise exige o reconhecimento do caráter libertador do processo de ensino-aprendizagem, indissociável das condições materiais de existência, das relações de trabalho e das disputas simbólicas que perpassam o cotidiano social.

O grande desafio propositivo que se coloca é subverter o enredo ideológico que o sustenta. Assim, o currículo deve se constituir como um espaço de ampliação de horizontes e múltiplas possibilidades de leitura do mundo, orientado pela emancipação e pela construção coletiva de novas configurações societárias pautadas pela empatia e pelo pertencimento. Para além, seu escopo central deve resgatar a

primazia da formação humana, concebida de modo autônomo em relação aos imperativos do capital e à ideia de justiça social quando esta é reduzida a instrumento de reprodução das desigualdades. Nesse sentido, o fortalecimento do espírito de coletividade requer uma reapropriação da educação como prática social voltada à emancipação humana, à solidariedade e à construção de sentidos compartilhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste texto evidencia que a educação, atravessada pela governamentalidade neoliberal, encontra-se tensionada por forças que a distanciam de seu potencial emancipador. O currículo, tem sido progressivamente capturado por lógicas de padronização, eficiência e meritocracia, que reproduzem desigualdades históricas e reforçam hierarquias sociais e epistemológicas. Nesse enquadre, revela-se como instância política de poder, responsável por legitimar determinados saberes e silenciar outros. Ao naturalizar práticas de exclusão e fragmentação, contribui para a produção de subjetividades ajustadas às exigências do mercado, transformando o ato educativo em um processo de adaptação funcional. Assim, o currículo passa a operar como mecanismo de reprodução das estruturas do capitalismo neoliberal, esvaziando sua dimensão formativa e emancipatória.

Por outro lado, o reconhecimento do caráter político do currículo abre a possibilidade de tensionar suas bases e promover trajetórias contra-hegemônicas. A escuta, a empatia e o diálogo podem se tornar práticas pedagógicas capazes de ressignificar o espaço escolar, transformando-o em lugar de confronto de ideias e reinvenção. Nessa configuração, o currículo se afirma como campo relacional, em constante movimento, onde o saber é compartilhado e (re)construído coletivamente.

A concepção de uma educação emancipatória e coletiva é, portanto, compreendida como movimento de ruptura e reconstrução, como processo histórico e político de resistência. Ao reconhecer o papel da educação, da escola e do currículo como espaços de criação, trocas e transformação social, reafirma-se o caráter crítico e propositivo da educação, entendendo-a como *lócus* de tensões simbólicas e políticas, capaz de gerar novos modos de existir e aprender.

Em síntese, pensar a educação como travessia implica compreender seu sentido diverso e inacabado. Longe de ser um obstáculo, a dúvida se torna categoria ontológica que possibilita o encontro com o imprevisível e a valorização das múltiplas vozes que compõem o tecido social. Somente ao desarticular os alicerces que sustentam a lógica neoliberal será possível vislumbrar projetos formativos orientados pela emancipação, pela pluralidade e pela justiça social.

REFERÊNCIAS

BOLGENHAGEN, Vanderlisse Ribeiro Alves; KLEEMANN, Robson; DUARTE, Eduardo da Rosa; SCHNEIDER, Luizane. Mercantilização da educação no Estado do Paraná: impactos da plataformização no currículo e no trabalho docente. *In:* TIROLI, Luiz Gustavo; ARAÚJO, João Fernando de; SANTOS, Adriana Regina de Jesus dos; SILVA, Rafael Bianchi; FAVINHA, Marília Evangelina Sota (orgs.). **Transpondo fronteiras:** diálogos sobre currículo, formação e trabalho docente em contextos nacionais e internacionais. Londrina, PR: Madrepérola, 2025. p. 351–363.

BARRA, Valdeniza Lopes da. Sobre o desafio do currículo escolar na contemporaneidade. **Educación,** Lima v. 30, n. 59, p. 11–25, set. 2021. DOI: https://doi.org/10.18800/educacion.202102.001. Disponível em: https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/educacion/en/article/view/24226. Acesso em: 25 set. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 49. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CARA, Daniel. Estado, economia e educação: racionalidades em disputa e o caso brasileiro. *In:* BOTO, Carlota; CARA, Daniel; SANTOS, Vinício de Macedo (org.). **Desafios e reinvenções da escola pública**. São Paulo: FEUSP, 2025. p. 48-84.

CHINGULO, Martinho Gilson Cardoso; SANTOS, Adriana Regina de Jesus; SATYAMBULA, Miguel da Piedade. A pedagogia como campo de disputa e a formação docente: impactos no currículo. *In:* TIROLI, Luiz Gustavo; ARAÚJO, João Fernando de; SANTOS, Adriana Regina de Jesus dos; SILVA, Rafael Bianchi; FAVINHA, Marília Evangelina Sota (orgs.). **Transpondo fronteiras:** diálogos sobre currículo, formação e trabalho docente em contextos nacionais e internacionais. Londrina, PR: Madrepérola, 2025. p. 36-51.

DAMASCENO, Roniel Sousa; NEGREIROS, Fauston. Fazer crítica a "pés descalços": aproximações entre psicologia escolar e Paulo Freire. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 58, p. 80–89, jan./jun. 2025. DOI: https://doi.org/10.23925/2175-3520.2025i 58. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/66581/47841. Acesso em: 29 set. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance:** da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida SP: Ideias & Letras, 2010.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade:** qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A crise na educação como projeto da classe dominante brasileira. *In:* BOTO, Carlota; CARA, Daniel; SANTOS, Vinícios de Macedo (orgs.). **Desafios e reinvenções da escola pública**. São Paulo: FEUSP, 2025. p. 15-37.

GOERGEN, Pedro Laudinor. Cultura e formação: a ideia de formação humana na sociedade contemporânea. **Pro-Posições**, Campinas, v. 30, p. 1–21, out. 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0193. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/DKNPcT3ZVd3T67p9tXHWXwQ/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 28 set. 2025.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2007.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, *[S.l.]*, v. 26, n. Especial, p. 78–102, dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp78-102. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262. Acesso em: 10 dez. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos; SILVA, Eliane. Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 816–840, 2020. DOI: https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp1.13783. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13783. Acesso em: 27 set. 2025.

MACHADO, Diego Correia; ROSA, Diego; SOBRINHO, Rogério Aguiar; GONÇALVES, Rafael Marques. Currículo, cidadania e democracia: notas para uma luta anti-neoconservadora. *In:* TIROLI, Luiz Gustavo; ARAÚJO, João Fernando de; SANTOS, Adriana Regina de Jesus dos; SILVA, Rafael Bianchi; FAVINHA, Marília Evangelina Sota (orgs.). **Transpondo fronteiras:** diálogos sobre currículo, formação e trabalho docente em contextos nacionais e internacionais. Londrina, PR: Madrepérola, 2025. p. 118–130.

MENDONÇA, Josailton Fernandes. Pedagogia Crítica como projeto político-cultural: diálogos entre Freire, Giroux e Bell Hooks sobre educação e resistência. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Caicó, v. 26, n. 1, p. 1-15, jul. 2026. DOI: https://doi.org/10.21680/1984-3879.2026v26n1ID40922. Disponível em: https://www.periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/40922. Acesso em: 15 set. 2026.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORDENTE, Giuliana Volfzon; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Neoliberalismo escolar: Subjetivações submissas da educação brasileira. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 27, p. 1–25, set. 2024. DOI: https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.27.23175.036. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/pt_BR/article/view/23175. Acesso em: 9 dez. 2025.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Escola democrática e de qualidade: utopia socialmente necessária. *In:* BOTO, Carlota; CARA, Daniel; SANTOS, Vinícios de Macedo (orgs.). **Desafios e reinvenções da escola pública**. São Paulo: FEUSP, 2025. p. 38-47.

SECORUM, Letícia Bassetto; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação: entre competências, mercado e formação crítica. *In:* TIROLI, Luiz Gustavo; ARAÚJO, João Fernando de; SANTOS, Adriana Regina de Jesus dos; SILVA, Rafael Bianchi; FAVINHA, Marília Evangelina Sota (orgs.). **Transpondo fronteiras:** diálogos sobre currículo, formação e trabalho docente em contextos nacionais e internacionais. Londrina, PR: Madrepérola, 2025. p. 69–80.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. *Ebook*.

SILVA, Márcio Magalhães da. Crítica à formação de competências socioemocionais na escola. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. 10-20, maio. 2022. DOI: https://doi.org/10.20396/rho.v22i00.8659871. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659871. Acesso em: 12 dez. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505–518, dez. 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000300008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZkxxQjDk5XZHxxtVdHWvtym/?format=pdf&lang=pt&ilang=en. Acesso em: 20 set. 2025.

Submetido: 04/05/2026
Correções: 05/09/2026
Aceite Final: 22/10/2026